

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para permitir a participação de padrinhos afetivos nos programas de adoção.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 19-B da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19-B.

.....

§ 2º Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Esta proposição possibilita aos pretendentes à adoção também integrar os programas de apadrinhamento afetivo.

A participação em tais programas tem servido como mecanismo de sensibilização dos interessados na adoção de crianças mais velhas, com deficiência ou irmãos.

Trata-se de iniciativa amplamente defendida pelas associações do setor e reforçada pela Associação Brasileira dos Juízes da Infância e da Juventude.

O Conselho Nacional de Justiça também enalteceu o incentivo à convivência preliminar de crianças e adolescentes com famílias interessadas em sua adoção, conforme divulgou em seu *site*, no endereço <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/59334-apadrinhamento-e-opcao-para-criancas-com-poucas-chances-de-adocao>.

Criado em março de 2008, em São Paulo, pelo juiz Alessandro de Souza Lima, da 3ª Vara Cível da comarca de Pindamonhangaba, o Projeto Família Hospedeira oferece uma perspectiva de futuro a crianças e adolescentes que vivem em entidades de acolhimento do interior do Estado e têm poucas chances de serem adotados. Esse projeto foi vencedor do I Prêmio CNJ Infância e Juventude, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça.

A iniciativa busca a reinserção social de crianças e adolescentes acolhidos que não têm o perfil desejado por famílias candidatas à adoção.

Atualmente, 81,56% das famílias brasileiras inscritas no Cadastro Nacional de Adoção não aceitam adotar irmãos, e 85,67% delas não querem adotar crianças com mais de cinco anos ou adolescentes.

O Família Hospedeira cadastra interessados em retirar os acolhidos das entidades temporariamente para conviver com eles em feriados ou datas religiosas, como o Natal, durante um fim-de-semana ou simplesmente um evento comemorativo, como um aniversário.

Segundo aquele magistrado, a convivência pode gerar “laços de afinidade e afetividade que impliquem no apadrinhamento, guarda, tutela ou adoção”. Um exemplo de sucesso é o caso de três irmãos adolescentes com idades entre 12 e 16 anos que tiveram sua guarda pedida por uma família do programa, “dando nova vida a esses adolescentes que não tinham até então qualquer perspectiva favorável”, diz Souza Lima.

É no sentido desse projeto exitoso que foi concebida a presente iniciativa, para a qual peço a cuidadosa atenção do parlamento brasileiro, por sua importância social e profundo sentido humanitário.

Sala das Sessões,

Senador GARIBALDI ALVES FILHO

